



Câmara Municipal

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

**Projeto de Lei nº 052/2022 – Do Executivo** – Altera o Artigo 5º da Lei nº 3.822, de 07 de abril de 2015, que altera e consolida a legislação que trata do Programa de Incentivo ao Trabalho e Orientação Social denominado "MUTIRÃO SOCIAL".

Em relação à presente propositura, por ser legal e regimental, somos de parecer favorável à sua apreciação pelo Plenário.

### PARECER FAVORÁVEL

Plenário Dr. Durval Nicolau, 02 de agosto de 2.022



**CARLOS GOMES**



**JOCELI MARIOZI**

**GUSTAVO BELLONI**



Câmara Municipal

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

**Projeto de Lei nº 052/2022 – Do Executivo** – Altera o Artigo 5º da Lei nº 3.822, de 07 de abril de 2015, que altera e consolida a legislação que trata do Programa de Incentivo ao Trabalho e Orientação Social denominado "MUTIRÃO SOCIAL".

Em atenção ao referido documento, somos de parecer favorável à sua apreciação pelo plenário.

**PARECER FAVORÁVEL.**

Plenário Dr. Durval Nicolau, 03 de agosto de 2.022



**LUIZ PARAKI**



**MERCÍLIO MACENA BENEVIDES**

**PASTOR CARLOS**



# Câmara Municipal

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Projeto de Lei nº 052/2022** – Do Executivo – Altera o Artigo 5º da Lei nº 3.822, de 07 de abril de 2015, que altera e consolida a legislação que trata do Programa de Incentivo ao Trabalho e Orientação Social denominado "MUTIRÃO SOCIAL".

Em atenção ao referido documento, somos de parecer favorável à sua apreciação pelo Plenário.

**PARECER FAVORÁVEL.**

Plenário Dr. Durval Nicolau, 03 de agosto de 2.022

**RODRIGO BARBOSA**



**LUIZ PARAKI**



**CLAUDINEI DAMALIO**





# PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



06 de julho de 2022.

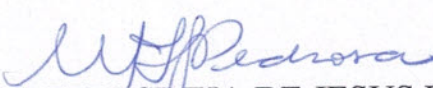
Of. GAB. nº 458/2022

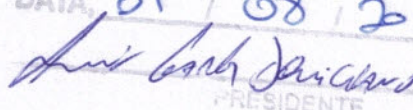
Projeto de Lei nº 52/2022

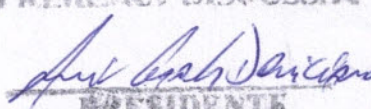
Senhor Presidente:

Estamos encaminhando a Vossa Excelência, para apreciação dos Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei, que altera o Artigo 5ª da Lei nº 3.822, de 07 de abril de 2015, que altera e consolida a legislação que trata do Programa de Incentivo ao Trabalho e Orientação Social denominado "MUTIRÃO SOCIAL".

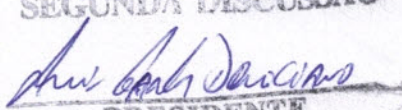
Renovamos os protestos de estima e consideração.

  
MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA  
Prefeita Municipal

COMISSÕES  
Justiça e Transição  
Existência Social  
DATA 01 / 08 / 2022  
  
PRESIDENTE

08 08 2022  
APROVADO EM  
PRIMEIRA DISCUSSÃO  
  
PRESIDENTE

Exmo. Sr. Vereador  
LUIS CARLOS DOMICIANO  
Presidente da Câmara Municipal  
NESTA.

15 08 2022  
APROVADO EM  
SEGUNDA DISCUSSÃO  
  
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL

Documento recebido em

14, 07, 22

  
funcionário





# PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



Projeto de Lei nº 52/2022

## PROJETO DE LEI

*“Altera o Artigo 5ª da Lei nº 3.822, de 07 de abril de 2015, que altera e consolida a legislação que trata do Programa de Incentivo ao Trabalho e Orientação Social denominado “MUTIRÃO SOCIAL””.*

Art. 1º - Fica alterado o artigo 5º da Lei nº 3.822, de 07 de abril de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

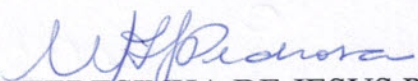
*Art. 5º - Serão concedidas, no máximo, 40 (quarenta) bolsas auxílios por mês.*

Art. 2º - As despesas decorrentes de execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos seis dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois (06.07.2022).

  
MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA  
Prefeita Municipal





# PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



## JUSTIFICATIVA:

Trata-se de solicitação para alteração do Artigo 5º da Lei nº 3.822 de 07 de abril de 2015, a solicitação se fundamenta que decorridos aproximadamente 02 (dois) anos desde o início da pandemia de COVID, houve um aumento das pessoas desempregadas, bem como precisando de apoio para inserção no mercado de trabalho. Fatos que também se refletiram no aumento de procura por benefícios socioassistenciais nos CRAS.

O Programa de Mutirão Social, além de ser uma ferramenta de transferência de renda, ainda traz o beneficiário para o convívio em sociedade com consequente encaminhamento para o mercado de trabalho.

Diante do exposto, encaminhamos o presente Projeto de Lei para apreciação dos respeitáveis Vereadores, solicitando vossa colaboração no sentido de aprovar a alteração aqui pleiteadas.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos seis dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois (06.07.2022).

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA

Prefeita Municipal





# PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



## ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

Em atendimento a vossa solicitação e em cumprimento ao disposto na legislação em vigor, bem como às metas e prioridades elencadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO emitimos o presente parecer, considerando, para tanto, os seguintes dados:

### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigos 16 e 21, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e artigo 169, §1º e incisos, da Constituição da República Federativa do Brasil<sup>1</sup>.

### AÇÃO GOVERNAMENTAL

	Criação, expansão ou aperfeiçoamento de Ação Governamental (art. 16, da LC nº 101, de 04 de maio de 2000).
X	Despesa obrigatória de caráter continuado derivada de lei ou ato administrativo normativo com execução superior a 02 (dois) exercícios (art. 17, da LC nº 101, de 04 de maio de 2000)

### FINALIDADE

Projeto de Lei que visa a ampliação do número de bolsas concedidas por mês no Programa Mutirão Social - Lei nº 3.822/2015.

<sup>1</sup> Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda: I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição; II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo. Parágrafo único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. § 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

le A





# PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



## JUSTIFICATIVA

Atendimento das adequações que se fazem necessárias em relação às disposições e limites constitucionais, assim como àqueles previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

## CARACTERIZAÇÃO DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR PROPOSTO
Ampliação do número de bolsas concedidas por mês no Programa Mutirão Social	R\$ 9.696,00

## PROGRAMAÇÃO DE PAGAMENTO

[Exercício Atual + 02 (dois) subsequentes]

MÊS/ANO	2022	2023	2024
JANEIRO	-----	R\$ 10.352,00	R\$ 10.696,00
FEVEREIRO	-----	R\$ 10.352,00	R\$ 10.696,00
MARÇO	-----	R\$ 10.352,00	R\$ 10.696,00
ABRIL	-----	R\$ 10.352,00	R\$ 10.696,00
MAIO	-----	R\$ 10.352,00	R\$ 10.696,00
JUNHO	-----	R\$ 10.352,00	R\$ 10.696,00
JULHO	R\$ 9.696,00	R\$ 10.352,00	R\$ 10.696,00
AGOSTO	R\$ 9.696,00	R\$ 10.352,00	R\$ 10.696,00
SETEMBRO	R\$ 9.696,00	R\$ 10.352,00	R\$ 10.696,00
OUTUBRO	R\$ 9.696,00	R\$ 10.352,00	R\$ 10.696,00
NOVEMBRO	R\$ 9.696,00	R\$ 10.352,00	R\$ 10.696,00
DEZEMBRO	R\$ 9.696,00	R\$ 10.352,00	R\$ 10.696,00
TOTAL	R\$ 58.176,00	R\$ 124.224,00	R\$ 128.352,00

lc

A





# PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



## FONTE DE RECURSOS

X	01 – Tesouro		05 – Transferências e convênios Federais Vinculados
	02 – Transferências e convênios estaduais vinculados		06 – Outras Fontes de Recursos
	03 – Recursos próprios de Fundos Especiais de Despesa Vinculados		07 – Operações de Crédito
	04 – Recursos próprios da Administração Indireta		

## ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PLANO PLURIANUAL	X	ADEQUADA		INADEQUADA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	X	ADEQUADA		INADEQUADA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	X	ADEQUADA		INADEQUADA
ELEMENTO DE DESPESA (RUBRICA):		3.3.90.48 – OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA		
ELEMENTO DE DESPESA (RUBRICA):				
ELEMENTO DE DESPESA (RUBRICA):				

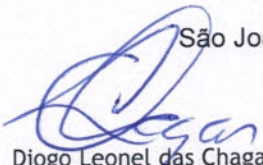
## PREVISÃO DE IMPACTO SOBRE A RECEITA

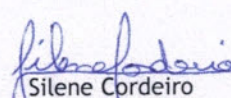
Receita Corrente Atual <sup>1</sup>	R\$	409.776.453,83
Acréscimo nos gastos para o exercício financeiro de 2022 com o aumento de despesa proposto	R\$	58.176,00
<b>Percentual de gastos a ser comprometido no exercício financeiro de 2022</b>		<b>0,01%</b>
Receita Corrente prevista para o exercício financeiro de 2023 <sup>2</sup>	R\$	459.983.500,00
Acréscimo nos gastos projetados para o exercício de 2023 com o aumento proposto	R\$	124.224,00
<b>Percentual de gastos a ser comprometido no exercício financeiro de 2023</b>		<b>0,03%</b>
Receita Corrente prevista para o exercício financeiro de 2024 <sup>2</sup>	R\$	483.378.200,00
Acréscimo nos gastos projetados para o exercício de 2024 com o aumento proposto	R\$	128.352,00
<b>Percentual de gastos a ser comprometido no exercício financeiro de 2024</b>		<b>0,03%</b>

<sup>1</sup>Receita corrente líquida, informada pelo Setor de Contabilidade - Situação em 30/04/2022

<sup>2</sup>Dados obtidos nos anexos do PPA 2022-2025

São João da Boa Vista, 01 de julho de 2022.

  
Diogo Leonel das Chagas  
Diretor do Departamento de Finanças

  
Silene Cordeiro  
Chefe do Setor de Planej. e Contr. Orçamentário





# PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de cumprimento da Lei Complementar nº 101/2000, que a despesa com aumento de vagas no Programa Mutirão Social, está compatível com o Plano Plurianual – PPA 2022-2025 e com as Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022, tem dotação específica e suficiente estando, portanto adequada com a Lei Orçamentária Anual – LOA 2022.

São João da Boa Vista, 01 de julho de 2022.

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA

Prefeita Municipal





# **PREFEITURA MUNICIPAL**

**SÃO JOÃO DA BOA VISTA**

**Estado de São Paulo**

\*\*\*

## **LEI Nº 3.822, DE 07 DE ABRIL DE 2.015**

**“Altera e consolida a legislação que trata do Programa de Incentivo ao Trabalho e Orientação Social denominado “MUTIRÃO SOCIAL”.**

(Autor: Vanderlei Borges de Carvalho, Prefeito Municipal)

VANDERLEI BORGES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo etc., usando de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte...

### **LEI:**

**ARTIGO 1º:** Esta lei passa a regular o Programa de Incentivo ao Trabalho e Orientação Social denominado “MUTIRÃO SOCIAL”.

**ARTIGO 2º:** O “MUTIRÃO SOCIAL” compreenderá o fornecimento, por parte da autoridade competente, de cursos de incentivo ao trabalho e orientação social integrados a atividades práticas, a serem realizadas pelos bolsistas em prol da municipalidade.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os benefícios de que trata o artigo anterior serão concedidos pelo prazo de 06 (seis) meses, prorrogados até 06 (seis) meses, quando julgada necessária à extensão do programa visando sempre a reinserção do beneficiário no mercado de trabalho.

**ARTIGO 3º:** Serão incluídas no “MUTIRÃO SOCIAL” pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, sendo elas referenciadas pelos técnicos do Departamento de Assistência Social.

**Parágrafo único:** São requisitos para participar do programa:

- I – pessoa em situação de Vulnerabilidade Social;
- II – residir pelo menos há 1 (um) ano no município;
- III – apresentar aptidão física para exercer as atividades no programa;



# PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

\*\*\*

**ARTIGO 4º:** Aos incluídos será concedida uma bolsa Auxílio Variável de acordo com a participação nas atividades, recebendo em pecúnia o valor equivalente a 1 (um) dia do Salário Mínimo vigente.

**§ 1º:** O curso de orientação social será em módulos mensais com carga horária de (quatro) horas.

**§ 2º:** As atividades práticas consistirão em tarefas a serem realizadas em até 12 dias por mês com carga horária de 8 (oito) horas diárias de acordo com o Plano Individual de Atendimento realizado pelos (as) técnicos (as) do Departamento de Assistência Social.

**§ 3º:** Nos dias das atividades práticas, os bolsistas receberão alimentação.

**ARTIGO 5º:** Serão concedidas, no máximo, 20 (vinte) bolsas auxílio por mês.

**Parágrafo único:** A concessão de bolsas auxílio de que trata esta lei não implicará existência de qualquer vínculo empregatício ou profissional.

**ARTIGO 6º:** As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**ARTIGO 7º:** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**ARTIGO 8º:** Ficam revogadas as disposições em contrário “em especial a Lei nº 1.233, de 18 de dezembro de 2.003, Lei nº 2.050, de 13 de abril de 2007 e Lei nº 2.737, de 19 de fevereiro de 2.010”.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos sete dias do mês de abril de dois mil e quinze (07.04.2015).

VANDERLEI BORGES DE CARVALHO  
Prefeito Municipal